



**VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**

CNPJ 00.292.081/0001-40

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
ATIVO	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.373	3.831	3.202
Contas a receber de clientes	7	13.704	30.158	21.351
Mútuos a receber partes relacionadas	15	10.034	3.557	991
Estoque		1.618	1.389	2.256
Dividendos a receber	9	2.555	2.555	-
Impostos a recuperar	8	3.341	3.527	4.009
Outras contas a receber		1.201	240	1.326
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>34.826</b>	<b>45.257</b>	<b>32.144</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	6	331	109	1.239
Impostos a recuperar	8	-	-	14
Contas a receber de clientes	7	22.505	-	24.441
Mútuos a receber partes relacionadas	15	-	1.877	691
Ativo fiscal diferido	19	-	1.126	120
Outras contas a receber		2	69	169
Depósitos judiciais	10	313	875	313
<b>Total</b>		<b>23.151</b>	<b>4.056</b>	<b>26.129</b>
Investimentos	11	35.223	37.125	-
Imobilizado	12	36.316	27.669	71.268
Intangível	13	-	1	38.943
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>71.539</b>	<b>64.795</b>	<b>110.211</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>106.365</b>	<b>110.052</b>	<b>142.355</b>

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Demonstrações dos resultados	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>22</b>	<b>82.547</b>	<b>68.201</b>
Custo dos serviços prestados		(23)	(68.309)	(57.089)
<b>Lucro bruto</b>		<b>14.238</b>	<b>11.112</b>	<b>18.242</b>
<b>Recargas e despesas operacionais</b>		<b>24</b>	<b>(454)</b>	<b>44</b>
Despesas comerciais		(25)	(1.777)	(1.392)
Despesas administrativas		(26)	6.894	2.469
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(11)	(1.902)	157
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>		<b>2.761</b>	<b>1.278</b>	<b>2.805</b>
<b>Recargas e despesas operacionais líquidas</b>		<b>16.999</b>	<b>12.390</b>	<b>21.229</b>
<b>Lucro antes das recargas e despesas financeiras</b>		<b>27</b>	<b>1.981</b>	<b>994</b>
Recargas (despesas) financeiras		(27)	(2.898)	(6.893)
Despesas financeiras		(917)	(5.899)	(5.924)
<b>Recargas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>16.082</b>	<b>6.491</b>	<b>15.305</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>19</b>	<b>(5.378)</b>	<b>(2.052)</b>
Imposto de renda e contribuição social		(19)	(85)	(275)
Corrente		(19)	(85)	(275)
Diferido		(33)	1.500	633
Incentivo lucro da exploração		(11.252)	5.664	10.406
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.252</b>	<b>5.664</b>	<b>10.406</b>
Atribuível a:				
Acionista da controladora			(846)	(591)
Participação de não controladores			10.406	5.073

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Demonstrações dos fluxos de caixa	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>11.252</b>	<b>5.664</b>	<b>10.406</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.252</b>	<b>5.664</b>	<b>10.406</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades</b>		<b>2.799</b>	<b>2.371</b>	<b>7.343</b>
geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações, amortizações e exaustões		347	-	377
Baixa de imobilizado e intangível		1.902	(157)	-
Resultado de equivalência patrimonial		1.058	1.040	3.866
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos		(1.156)	(331)	(164)
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos		(32)	96	53
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros		(29)	145	(9)
Reversão (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume		116	(143)	396
Provisão para crédito liquidação duvidosa		521	113	593
Provisão para contingências		4.745	552	4.798
Provisão de imposto de renda e contribuição social		85	275	(101)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(7.022)	4.711	(7.022)
Resultado líquido das atividades operacionais		(222)	(109)	(680)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(13.362)</b>	<b>(6.805)</b>	<b>(2.171)</b>
Mútuos ativos - concedidos		4.564	5.654	2.278
Mútuos ativos - recebimento principal		-	-	991
Aporte em controladas e coligadas		(11.792)	(2.739)	(13.021)
Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(3.676)
Aquisição de intangível		-	-	(4.403)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(20.590)</b>	<b>(3.890)</b>	<b>(15.146)</b>
Mútuos passivos - captação		1.060	4.847	1.784
Mútuos passivos - pagamento de principal		(11.309)	(4.865)	(239)
Empréstimos e financiamentos - captação		(3.439)	(7.268)	(10.594)
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal		8.659	(7.286)	5.968
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(14.558)</b>	<b>(3.043)</b>	<b>(1.113)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(3.831)</b>	<b>788</b>	<b>4.315</b>
Mútuos passivos - captação		2.373	3.831	3.202
Mútuos passivos - pagamento de principal		(1.458)	3.043	3.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021										
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	Capital integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de subvencões	Reserva de retenção	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado	Participação %	Participação %
26.367	(3.000)	580	1.591	33.958	599	60.095	9.332	69.427	100,00%	100,00%
Aumento do capital social	3.000	-	-	-	-	3.000	2.053	5.053	5,00%	5,00%
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.664	5.664	(591)	5.073	5,00%	5,00%
Reserva de lucros	-	-	-	869	-	(869)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	283	-	(283)	-	-	-	-
Reserva de subvencões para Investimentos	-	-	-	(1.500)	1.500	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.767)	(3.767)	(10)	(3.777)	-	-
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	-	(745)	(745)	-	(745)	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>26.367</b>	<b>-</b>	<b>580</b>	<b>1.874</b>	<b>33.327</b>	<b>2.099</b>	<b>64.247</b>	<b>10.784</b>	<b>75.031</b>	<b>100,00%</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.252	11.252	(846)	10.406	10,00%	10,00%
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	10.088	(10.088)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	531	(531)	-	-	-	-	-
Reserva de subvencões para Investimentos	-	-	-	633	(633)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	-	-	228	228	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>26.367</b>	<b>-</b>	<b>580</b>	<b>2.405</b>	<b>43.415</b>	<b>2.732</b>	<b>75.499</b>	<b>10.166</b>	<b>85.665</b>	<b>100,00%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

1. Contexto operacional  
A Viasolo Engenharia Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Viasolo"), entidade controladora do Grupo Viasolo, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida da Praia, 100 - Prédio II - Riacho das Areias, município de Betim - MG. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Viasolo" e individualmente como "entidades do Grupo"). A Viasolo é detentora de 99% das cotas da empresa Ecovia Valorização de Resíduos Ltda, cujo objeto social é a gestão de resíduos públicos através de concessão, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos, bem como toda e qualquer atividade correlata, podendo ainda participar de consórcios e em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. Em 25 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu da empresa Eco Participações Ltda., 60% das ações e o controle da Resíduo Zero Ambiental S.A. ("Resíduo Zero"), cujo objeto social é a gestão de resíduos, inclusive perigosos, estudos, projeto

e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação; coleta; transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos; operações e construções de aterros sanitários e industriais; entre outros, com atuação limitada em determinados municípios do Estado de Goiás. Em 06 de novembro de 2017 a Companhia passou a vigorar no quadro societário da Afensas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. ("Afensas"), com 51% das quotas que foram adquiridas da Construtora Contorno Ltda. Em 24 de agosto de 2020 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a Viasolo passou a ser detentora de 100% das cotas. Data considerada como a aquisição de controle. A Afensas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda., foi constituída em dezembro de 2011, sob a forma de sociedade limitada, com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de consórcio mantido com a Prefeitura Municipal de Afensas - MG. Tal contrato tem vigência de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012, prorrogável por mais 10 anos, a critério do Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2022 as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

caso seja apropriado. 2.18 Instrumentos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial - Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro. b) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e de suas controladas e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPJJ"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPJJ, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atendida tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou outras esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos, • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros ("Teste SPJJ"). Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • eventos contingentes que modificam o valor ou o

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação % Dezembro de 2022	Participação % Dezembro de 2021
Afensas Ambiental Trat. de Res e Limp. Urbana Ltda.	Resíduos públicos (coleta)	Afensas	Controlada	100,00%	100,00%
Ecovia Valorização de Resíduos	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Conselheiro Lafaiete	Controlada	99,00%	99,00%
Resíduo Zero Ambiental S.A.	Resíduos privados (Coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos e incineração de resíduos industriais)	Guapó	Controlada	60,00%	60,00%

1.1 Efeitos do COVID-19: A Companhia e suas controladas atravessaram os meses transcorridos desde o início da pandemia do Covid-19 sem alterações relevantes em suas receitas, resultados e geração de caixa o que decorre do caráter de essencialidade de suas atividades. Fato é que houve pequeno decréscimo do volume da atividade de disposição de resíduos industriais, devido à diminuição do nível de atividade produtiva de clientes de determinados ramos da indústria. Igualmente ocorreu com a coleta de resíduos comerciais, por sua vez, foi atingida pela redução de atividades do Comércio e Serviços. Por outro lado, as atividades de manufatura reversa, e tratamento de resíduos tem sofrido impulso e a pandemia tem auxiliado a impulsionar a consciência ESG (Environmental, Social and Governance), fato que avança a demanda por serviços ambientais prestados pela Companhia. A Administração não espera outros efeitos que sejam impactáveis à pandemia, que possam afetar seus resultados.

2. Base de preparação  
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 20 de abril de 2023. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de consolidação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle obtido quando estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de veto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que o deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis conforme as políticas contábeis da controladora. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da mesma Companhia, relacionados com transações entre membros, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer

ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento realizado é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Controladas, Controladas em conjunto e coligadas: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Acionistas da Companhia e suas controladas: Empresa 2022 2021 Revita Engenharia Ambiental S.A. 51% 51% Ambientais Soluções Ambientais S.A. 49% 49% 2.4 Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. 2.5 Classificação corrente versus não corrente: A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. 2.6 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber. 2.7 Receita de contratos com clientes: A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem que geralmente é o principal em seu acordo de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferir-los para o cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1- identificação dos contratos com o cliente; 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3- determinação do preço da transação; 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5- reconhecimento da receita quando o desempenho de obrigação de desempenho é atendida. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. 2.8 Receita de serviços prestados - Resíduos: As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato. 2.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida

**VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que representa o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda O não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. O não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**c) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas não reconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também não reconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **d) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos ou realizaram designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **f) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **2.19 Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não-derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia e suas controladas determinam as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **2.20 Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros controlizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos; • reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o valor financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuições sociais diferidos ativos, são revisadas a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor

grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução no valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quando outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.21 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus Consultores Jurídicos. **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários:** O provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 12,81% para o exercício findo em 2022 e (8,52% 2021); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. **Provisão para transporte e tratamento de chorume:** A provisão consiste na estimativa de gastos a serem incorridos, no período subsequente, para tratamento do chorume existente em lagoas nos aterros, bem como para o transporte do mesmo nos casos em que o tratamento for feito por terceiros, constituída tendo como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custom3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmoses reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados. **2.22 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia e suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 9. **2.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Viasolo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com o contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e a alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. **Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia e suas controladoras aplicam as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o exercício. **2.24 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro). Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em

políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma base para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e

tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afetadas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 11 – Consolidação: Determinação se a Companhia e suas controladas detêm de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa nº 11 – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se a Companhia e suas controladas detêm influência significativa ou controle em conjunto sobre uma investida; • Nota explicativa nº 11 – Classificação de negócios em conjunto; • Notas explicativas nº 12 e 13 – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber; • Notas explicativas nº 12 e 13 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio; • Nota explicativa nº 20 Reconhecimento e mensuração para provisões de fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **4 Instrumentos financeiros**  
**4.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins. **4.2 Gerenciamento de risco financeiro:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas. As atividades da Companhia e suas controladas expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da Companhia e suas controladas tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. **4.3 Risco de mercado: a. Risco de câmbio:** A Companhia não possui transações denominadas em moedas estrangeiras, consequentemente, não estão expostas às flutuações da taxa de câmbio. **b. Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 2022	Controladora 2022				
			Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.373	CDI	2.373	55	110	(55)	(110)
Empréstimos e financiamentos	17.522	13,65%	17.522	598	1.196	(598)	(1.196)
Títulos e valores mobiliários	331	9,25%	331	8	15	(8)	(15)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>20.226</b>	<b>660</b>	<b>1.321</b>	<b>(660)</b>	<b>(1.321)</b>

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 2021	Controladora 2021				
			Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	3.831	CDI	3.831	89	177	(89)	(177)
Empréstimos e financiamentos	9.613	13,79%	9.613	331	663	(331)	(663)
Títulos e valores mobiliários	109	9,25%	109	3	5	(3)	(5)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>13.553</b>	<b>423</b>	<b>845</b>	<b>(423)</b>	<b>(845)</b>

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 2021	Consolidado 2022				
			Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	3.202	CDI	3.202	74	148	(74)	(148)
Empréstimos e financiamentos	37.097	13,65%	37.097	1.266	2.532	(1.266)	(2.532)
Títulos e valores mobiliários	1.239	9,25%	1.239	29	57	(29)	(57)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>41.538</b>	<b>1.369</b>	<b>2.737</b>	<b>(1.369)</b>	<b>(2.737)</b>

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 2021	Consolidado 2022				
			Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	4.315	CDI	4.315	100	200	(100)	(200)
Empréstimos e financiamentos	33.284	13,79%	33.284	1.147	2.295	(1.147)	(2.295)
Títulos e valores mobiliários	559	9,25%	559	13	26	(13)	(26)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>38.158</b>	<b>1.260</b>	<b>2.521</b>	<b>(1.260)</b>	<b>(2.521)</b>

**c. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, e financiamentos são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 13,65%, tendo como base os montantes registrados no final do exercício, conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada	Efeito possível no Resultado	Controladora 2022				
				Taxa razoavelmente possível no Resultado				
				Em 2022	Em 2022	Em 2022	Em 2022	Em 2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	2.373	331	324					
Títulos e valores mobiliários (6.2)	331	CDI e TJLP	47					
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(17.522)		(2.392)					
<b>Exposição líquida a taxas pós-fixadas</b>	<b>(14.818)</b>		<b>(2.021)</b>					

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada	Efeito possível no Resultado	Controladora 2021				
				Taxa razoavelmente possível no Resultado				
				Em 2022	Em 2022	Em 2022	Em 2022	Em 2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	3.831	109	339					
Títulos e valores mobiliários (6.2)	109	CDI e TJLP	16					
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(9.613)		(851)					
<b>Exposição líquida a taxas pós-fixadas</b>	<b>(5.673)</b>		<b>(496)</b>					

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada	Efeito possível no Resultado	Consolidado 2022				
				Taxa razoavelmente possível no Resultado				
				Em 2022	Em 2022	Em 2022	Em 2022	Em 2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6.1)	3.202	331	437					
Títulos e valores mobiliários (6.2)	1.239	CDI, TJPL	177					
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(37.097)		(5.064)					
<b>Exposição líquida a taxas pós-fixadas</b>	<b>(32.656)</b>		<b>(4.450)</b>					

Notas explicativas	Controladora			
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	2.373	3.831	3.202
Títulos e valores mobiliários	6.2	331	109	1239
Contas a receber de clientes	7	36.209	30.15	

**VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022	Controladora 2022						PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	2.373	-	-	-	-	-	-	2.373
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	331	331
Contas a receber de clientes	13.369	417	128	111	128	23	23.822	(1.789)
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	10.034	10.034
Dividendos a receber	2.555	-	-	-	-	-	-	2.555
Outras contas a receber	1.201	-	-	-	-	-	2	1.203
<b>Total</b>	<b>19.498</b>	<b>417</b>	<b>128</b>	<b>111</b>	<b>128</b>	<b>23</b>	<b>34.189</b>	<b>(1.789)</b>

Em 31 de dezembro de 2021	Controladora 2021						PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	3.831	-	-	-	-	-	-	3.831
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	109	109
Contas a receber de clientes	7.606	231	29	2	4	50	23.910	(1.674)
Dividendos a receber	2.555	-	-	-	-	-	-	2.555
Mútuos a receber partes relacionadas	3.557	-	-	-	-	-	1.877	5.434
Outras contas a receber	240	-	-	-	-	-	69	309
<b>Total</b>	<b>17.789</b>	<b>231</b>	<b>29</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>50</b>	<b>25.965</b>	<b>(1.674)</b>

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado 2022						PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	3.202	-	-	-	-	-	-	3.202
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	1.239	1.239
Contas a receber de clientes	18.221	1.409	856	714	323	182	26.667	(2.580)
Dividendos a receber	1.326	-	-	-	-	-	2	1.328
Outras contas a receber	22.749	1.409	856	714	323	182	27.908	(2.580)
<b>Total</b>	<b>44.508</b>	<b>1.409</b>	<b>856</b>	<b>714</b>	<b>323</b>	<b>182</b>	<b>33.717</b>	<b>(2.580)</b>

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado 2021						PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	4.315	-	-	-	-	-	-	4.315
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	559	559
Contas a receber de clientes	11.335	1.399	1.040	279	639	471	26.941	(2.184)
Mútuos a receber partes relacionadas	991	-	-	-	-	-	691	1.682
Outras contas a receber	1.004	-	-	-	-	-	169	1.173
<b>Total</b>	<b>17.645</b>	<b>1.399</b>	<b>1.040</b>	<b>279</b>	<b>639</b>	<b>471</b>	<b>28.360</b>	<b>(2.184)</b>

**f. Risco de liquidez:** A liquidez da Companhia e suas controladas depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas disponham de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022	Controladora 2022					Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Valor projetado	
Empréstimos e financiamentos (a)	5.176	9.537	4.406	-	19.519	17.522
Fornecedores e outras contas a pagar	7.066	255	-	-	7.321	7.321
Contraprestação contingente	-	4.015	-	-	4.015	4.015
Mútuos a pagar à partes relacionadas	1.037	-	-	-	1.037	1.037
<b>Total</b>	<b>13.279</b>	<b>14.207</b>	<b>4.406</b>	<b>-</b>	<b>31.892</b>	<b>29.895</b>

a) Diferê do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Em 31 de dezembro de 2021	Controladora 2021					Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Valor projetado	
Empréstimos e financiamentos (a)	4.098	3.692	2.866	-	10.656	9.613
Fornecedores e outras contas a pagar	6.095	255	-	-	6.350	6.350
Contraprestação contingente	-	10.695	4.015	-	14.710	14.710
Mútuos a pagar às partes relacionadas	-	2	-	-	2	2
<b>Total</b>	<b>10.193</b>	<b>14.644</b>	<b>6.881</b>	<b>-</b>	<b>31.718</b>	<b>30.675</b>

a) Diferê do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado 2022					Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	
Empréstimos e financiamentos (a)	16.623	18.300	6.692	255	41.870	37.097
Fornecedores e outras contas a pagar	10.369	323	-	-	10.692	10.692
Contraprestação contingente	-	4.015	-	-	4.015	4.015
Mútuos a pagar à partes relacionadas	1.037	1.534	-	-	2.571	2.571
<b>Total</b>	<b>28.029</b>	<b>24.172</b>	<b>6.692</b>	<b>255</b>	<b>59.148</b>	<b>54.375</b>

a) Diferê do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado 2021					Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	
Empréstimos e financiamentos (a)	17.612	17.176	1.071	-	35.859	33.284
Fornecedores e outras contas a pagar	8.744	255	-	-	8.999	8.999
Contraprestação contingente	-	10.695	4.015	-	14.710	14.710
Mútuos a pagar às partes relacionadas	-	12	-	-	12	12
<b>Total</b>	<b>26.356</b>	<b>28.138</b>	<b>5.086</b>	<b>-</b>	<b>59.580</b>	<b>57.005</b>

a) Diferê do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

**g. Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia e suas controladas, quando aprovada pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Companhia e suas controladas adotam o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total do passivo circulante e não circulante	54.051	49.861	82.878	81.400
(-) Caixa e caixa equivalente	(2.373)	(3.831)	(3.202)	(4.315)
<b>Dívida líquida</b>	<b>51.678</b>	<b>46.030</b>	<b>79.676</b>	<b>77.085</b>
Patrimônio líquido	75.499	64.247	85.665	75.031
<b>Quociente de alavancagem</b>	<b>0,68</b>	<b>0,72</b>	<b>0,93</b>	<b>1,03</b>

**h. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

Hierarquia do valor justo	Categoria	Controladora		Consolidado			
		2022	2021	2022	2021		
Ativos financeiros:	Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	2.373	2.373	3.831	3.831
	Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	331	331	109	109
	Contas a receber de clientes		Custo amortizado	36.209	36.209	30.158	30.158
	Outras contas a receber		Custo amortizado	1.203	1.203	309	309
	Mútuos a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	10.034	10.034	5.434	5.434
	<b>Total</b>			<b>50.150</b>	<b>50.150</b>	<b>39.841</b>	<b>39.841</b>
Passivos financeiros:	Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	7.321	7.321	6.350	6.350
	Contraprestação contingente	Nível 3	VJR	4.015	4.015	14.710	14.710
	Mútuos a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	1.037	1.037	2	2
	Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	17.522	17.522	9.613	9.613
	<b>Total</b>			<b>29.895</b>	<b>29.895</b>	<b>30.675</b>	<b>30.675</b>

A tabela a seguir apresenta as mudanças no passivo de nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Em 01 de janeiro de 2021	Controladora e Consolidado	
	Contraprestação contingente a pagar em combinação de negócios	Valor
Pagamentos	(507)	(507)
Perda na remensuração do valor justo de contraprestação contingente	4.711	4.711
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.171</b>	<b>4.171</b>
Pagamentos	(3.673)	(3.673)
Ganho na remensuração do valor justo de contraprestação contingente	(7.022)	(7.022)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.015</b>	<b>4.015</b>

**i. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor

propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis; • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis. • Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. • O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. • Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. **Hierarquia de valor justo:** O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2 e 3, exceto caixa e equivalentes de caixa.

**5 Aspectos ambientais**  
As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia e suas controladas realizam mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido o estendido, vide nota explicativa nº 20. E as provisões de recuperação operacional do sistema de aterro da Companhia e suas controladas são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhuma provisão para riscos de perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

**6 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários**  
**6.1 Caixa e equivalente de caixa:** São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	136	79	395	438
Certificado de depósito bancário (CDB)	2.237	3.752	2.807	3.877
<b>Total</b>	<b>2.373</b>	<b>3.831</b>	<b>3.202</b>	<b>4.315</b>

CDBs são aplicações financeiras de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. **6.2 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no montante de R\$331 (R\$109 em 2021) e R\$1.239 (R\$559 em 2021) na controladora e consolidado, respectivamente, para garantia de empréstimos bancários, as quais possuem remuneração atrelada à variação do CDI. A exposição da Companhia e suas controladas sobre riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 4.

**7 Contas a receber de clientes**  
São compostas como segue:

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes públicos:	25.432	23.233	30.040	26.469
Valores faturados	11.255	7.458	14.099	11.747
Medições a faturar	36.687	30.691	44.139	38.216

**Clientes privados:**

Valores faturados	848	800	3.119	3.054
Medições a faturar	447	327	1.079	815
<b>Total</b>	<b>1.295</b>	<b>1.127</b>	<b>4.198</b>	<b>3.869</b>

Perdas de crédito esperada

(1.789)	(1.674)	(2.580)	(2.184)
---------	---------	---------	---------

Partes relacionadas

15	16	14	35	
18	-	-	1	
<b>Total</b>	<b>36.209</b>	<b>30.158</b>	<b>45.792</b>	<b>39.920</b>

Circulante

13.704	30.158	21.351	39.920	
22.505	-	24.441	-	
<b>Total</b>	<b>36.209</b>	<b>30.158</b>	<b>45.792</b>	<b>39.920</b>

O aging list das contas a receber é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valores a vencer	13.369	7.606	18.221	11.335
Vencidos:				
Até 30 dias	417	231	1.409	1.399
Entre 31 e 60 dias	128	29	856	1.040
Entre 61 e 90 dias	111	2	714	279
Entre 91 e 180 dias	128	4	323	639
Entre 181 e 360 dias	23	50	182	471
Acima de 360 dias	23.822	23.910	26.667	26.941
PCLD	(1.789)	(1.674)	(2.580)	(2.184)
<b>Total</b>	<b>36.209</b>	<b>30.158</b>	<b>45.792</b>	<b>39.920</b>

**VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Controladora 2021		Resultado do exercício
	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	
<b>Controladas</b>			
Affenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	3.168	100,00%	(993)
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	500	99,00%	(990)
Resíduo Zero Ambiental S.A.	14.934	60,00%	28.436

**12 Imobilizado**

O saldo da controladora é composto como segue:

	Controladora 2022		2021	
	Taxa média anual %	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros:	(*)	19.885 (4.145)	15.740	14.488
Terrenos, edificações e construção civil	4%	89 (10)	79	416
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.453 (1.114)	339	344
Máquinas e equipamentos	10%	11.729 (1.842)	9.887	1.742
Móveis e utensílios	10%	390 (227)	163	162
Equipamentos de informática	20%	474 (213)	261	151
Veículos e equipamentos	20%	12.289 (7.815)	4.474	5.218
Imobilizado em andamento	-	5.373	5.373	5.148
<b>Total</b>		<b>51.682 (15.366)</b>	<b>36.316</b>	<b>27.669</b>

(\*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A movimentação do imobilizado de 2022 e 2021 é composta como segue:

Custo	Controladora 2022				Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adição	(-) Baixa	Transf.	
Aterro e infra em aterros	18.018	-	-	1.867	19.885
Terrenos, edificações e construção civil	435	-	(346)	-	89
Benfeitorias em bens de terceiros	1.354	-	-	99	1.453
Máquinas e equipamentos	3.129	8.520	(34)	114	11.729
Móveis e utensílios	365	25	-	-	390
Equipamentos de informática	309	165	-	-	474
Veículos e equipamentos	11.512	777	-	-	12.289
Imobilizado em andamento	5.148	2.305	(2.080)	-	5.373
<b>Total</b>	<b>40.270</b>	<b>11.792</b>	<b>(380)</b>	<b>-</b>	<b>51.682</b>

**Depreciação**

	Controladora 2022		2021	
	Saldo em 2021	Depreciação	(-) Baixa	Transf.
Aterro e infra em aterros	(3.530)	(615)	-	(4.145)
Terrenos, edificações e construção civil	(19)	(9)	18	(10)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.010)	(104)	-	(1.114)
Máquinas e equipamentos	(1.387)	(470)	15	(1.842)
Móveis e utensílios	(203)	(24)	-	(227)
Equipamentos de informática	(158)	(55)	-	(213)
Veículos e equipamentos	(6.294)	(1.521)	-	(7.815)
<b>Total</b>	<b>(12.601)</b>	<b>(2.798)</b>	<b>33</b>	<b>(15.366)</b>

A movimentação do imobilizado de 2021

Custo	Controladora 2021				Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adição	(-) Baixa	Transf.	
Aterro e infra em aterros	17.086	14	-	918	18.018
Terrenos, edificações e construção civil	245	-	-	190	435
Benfeitorias em bens de terceiros	1.223	-	-	131	1.354
Máquinas e equipamentos	3.064	71	(6)	-	3.129
Móveis e utensílios	310	23	-	32	365
Equipamentos de informática	218	96	(5)	-	309
Veículos e equipamentos	11.512	-	-	-	11.512
Imobilizado em andamento	3.884	2.535	(1.271)	-	5.148
<b>Total</b>	<b>37.542</b>	<b>2.739</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>40.270</b>

**Depreciação**

	Controladora 2021		2020	
	Saldo em 2020	Depreciação	(-) Baixa	Transf.
Aterro e infra em aterros	(3.103)	(427)	-	(3.530)
Terrenos, edificações e construção civil	(10)	(9)	-	(19)
Benfeitorias em bens de terceiros	(916)	(94)	-	(1.010)
Máquinas e equipamentos	(1.098)	(295)	6	(1.387)
Móveis e utensílios	(179)	(24)	-	(203)
Equipamentos de informática	(141)	(22)	5	(158)
Veículos e equipamentos	(4.795)	(1.499)	-	(6.294)
<b>Total</b>	<b>(10.242)</b>	<b>(2.370)</b>	<b>11</b>	<b>(12.601)</b>

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Consolidado 2022		2021	
	Taxa média anual %	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	53.291 (5.843)	47.448	46.842
Terrenos, edificações e construção civil	4%	289 (112)	277	453
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.730 (1.132)	598	344
Máquinas e equipamentos	10%	14.326 (2.336)	11.390	3.254
Móveis e utensílios	10%	612 (316)	296	305
Equipamentos de informática	20%	733 (337)	396	254
Veículos e equipamentos	20%	12.535 (7.888)	4.647	5.293
Imobilizado em andamento	-	6.216	6.216	5.473
<b>Total</b>		<b>89.732 (18.464)</b>	<b>71.268</b>	<b>62.228</b>

(\*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A movimentação do imobilizado de 2022 e 2021 é composta como segue:

Custo	Consolidado 2022				Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adição	(-) Baixa	Transf.	
Aterro e infra em aterros	51.453	-	(30)	1.868	53.291
Terrenos, edificações e construção civil	472	-	(346)	-	124
Benfeitorias em bens de terceiros	1.354	-	-	376	1.730
Máquinas e equipamentos	5.501	8.743	(34)	116	14.326
Móveis e utensílios	577	35	-	-	612
Equipamentos de informática	501	232	-	-	733
Veículos e equipamentos	11.627	908	-	-	12.535
Imobilizado em andamento	5.473	3.103	(2.360)	-	6.216
<b>Total</b>	<b>76.958</b>	<b>13.021</b>	<b>(410)</b>	<b>163</b>	<b>89.732</b>

**Depreciação**

	Consolidado 2022		2021	
	Saldo em 2021	Depreciação	(-) Baixa	Transf.
Aterro e infra em aterros	(4.611)	(1.232)	-	(5.843)
Terrenos, edificações e construção civil	(19)	(11)	18	(12)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.010)	(122)	-	(1.132)
Máquinas e equipamentos	(2.237)	(713)	15	(2.936)
Móveis e utensílios	(272)	(44)	-	(316)
Equipamentos de informática	(247)	(90)	-	(337)
Veículos e equipamentos	(6.334)	(1.555)	-	(7.889)
<b>Total</b>	<b>(14.730)</b>	<b>(3.767)</b>	<b>33</b>	<b>(18.464)</b>

A movimentação do imobilizado de 2021

Custo	Consolidado 2021				Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adição	(-) Baixa	Transf.	
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	49.185	732	-	1.536	51.453
Terrenos, edificações e construção civil	1.224	-	-	227	1.451
Benfeitorias em bens de terceiros	1.245	-	-	130	1.375
Máquinas e equipamentos	5.391	117	(6)	(1)	5.501
Móveis e utensílios	489	56	-	32	577
Equipamentos de informática	346	159	(4)	-	501
Veículos e equipamentos	11.627	-	-	-	11.627
Imobilizado em andamento	4.785	2.612	(1.924)	-	5.473
<b>Total</b>	<b>73.292</b>	<b>3.676</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>76.958</b>

**Depreciação**

	Consolidado 2021		2020	
	Saldo em 2020	Depreciação	(-) Baixa	Transf.
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:				
Aterro e infra em aterros	(3.752)	(859)	-	(4.611)
Terrenos, edificações e construção civil	(9)	(10)	-	(19)
Benfeitorias em bens de terceiros	(915)	(95)	-	(1.010)
Máquinas e equipamentos	(1.715)	(527)	5	(2.237)
Móveis e utensílios	(231)	(41)	-	(272)
Equipamentos de informática	(204)	(48)	5	(247)
Veículos e equipamentos	(4.812)	(1.522)	-	(6.334)
<b>Total</b>	<b>(11.638)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>10</b>	<b>(14.730)</b>

**Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment):** Em 2022 e 2021, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

**13 Intangível**

A movimentação do intangível controladora de 2022 e 2021 é composta como segue:

Custo	Controladora 2022				Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adição	Baixa	Transf. - rência	
Software	137	-	-	-	137
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137</b>

	Saldo em 2020		Amortização		Transf. - rência		Saldo em 2021	
	Amortização	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa
Software	(136)	(1)	-	-	-	-	-	(137)
<b>Líquido</b>	<b>(136)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(137)</b>

	Saldo em 2020		Amortização		Transf. - rência		Saldo em 2021	
	Amortização	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa
Software	137	-	-	-	-	-	-	137
<b>Líquido</b>	<b>137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137</b>

	Saldo em 2020		Amortização		Transf. - rência		Saldo em 2021	
	Amortização	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa
Software	(135)	(1)	-	-	-	-	-	(136)
<b>Líquido</b>	<b>(135)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(136)</b>

A movimentação do intangível consolidado de 2022 e 2021 é composta como segue:

Custo	Consolidado 2022				Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adição	Baixa	Transf. - rência	
Aterro e infra em aterros	22.138	-	-	5.477	27.615
Benfeitorias em bens de terceiros	59	-	-	-	59
Máquinas e equipamentos	1.069	5	-	-	1.074
Veículos e equipamentos	2.793	-	-	-	2.793
Intangível em andamento	5.202	4.398	-	(5.640)	3.960
Software	145	-	-	-	145
Ônus de concessão	1.000	-	-	-	1.000
<b>Mais valia de intangíveis:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Concessões - mais valia	9.304	-	-	-	9.304
<b>Agio por expectativa de rentabilidade futura:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resíduo Zero Ambiental	7.182	-	-	-	7.182
<b>Líquido</b>	<b>48.892</b>	<b>4.403</b>	<b>-</b>	<b>(163)</b>	<b>53.132</b>

	Saldo em 2021		Amortização		Transf. - rência		Saldo em 2022	
	Amortização	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa	Adição	Baixa
Aterro e infra em aterros	(6.923)	(2.178)	-	-	-	-	(9.101)	
Máquinas e equipamentos	(316)	(109)	-	-	-	-	(425)	
Veículos e equipamentos	(1.683)	(434)	-	-	-	-	(2.117)	
Benfeitorias em bens de terceiros	(143)	(6)	-	-	-	-	(150)	
Software	(453)	(51)	-	-	-	-	(504)	
Ônus de concessão	(1.095)	(797)	-	-	-	-	(1.892)	
<b>Mais valia de intangíveis:</b>	<b>(1.095)</b>	<b>(797)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.892)</b>	
Concessões - mais valia	(10.613)	(3.576)	-	-	-	-	(14.189)	
<b>Líquido</b>	<b>38.279</b>	<b>827</b>	<b>-</b>	<b>(163)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.943</b>	

(\*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A movimentação do imobilizado de 2021

Custo	Consolidado 2021				Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adição	Baixa	Transf. - rência	
Aterro e infra em aterros	16.898	25	-	5.215	22.138
Benfeitorias em bens de terceiros	59	-	-	-	59
Máquinas e equipamentos	663	318	-	88	1.069
Veículos e equipamentos	2.383	410	-	-	2.793
Intangível em andamento	5.355	5.150	-	(5.303)	5.202
Software	145	-	-	-	

VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Planos de contribuição definida: Aos funcionários que aderem, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos incorridos com a manutenção do plano totalizam R\$99 na controladora e R\$123 no consolidado (R\$74 na controladora e R\$99 no consolidado em 2021), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado. Participação nos resultados: Foram constituídas provisões para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, o valor na Controladora de R\$210 e no consolidado o valor de R\$268 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 417 na Controladora e R\$631 no Consolidado em 2021).

18 Impostos, taxas e contribuições

O saldo é composto como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include ISS, PIS, Cofins, ICMS, IRRF, Pis/Cofins/CSLL, INSS Retido, Parcelamentos fiscais (a), Outros, Circulante, Não circulante.

(a) Refere-se a tributos federais não recolhidos a partir de 2020. Em março de 2020 foi adotado o parcelamento simplificado de débitos não previdenciários. Em dezembro de 2022, a Companhia adotou um novo parcelamento de impostos federais de imposto de renda, contribuição social, Pis e Cofins, referente ao período de vencimento de outubro de 2021 a abril de 2022.

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Diferenças temporárias: Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos, Provisão para fechamento e pós fechamento de ativo, Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisões contingências, Prov. Transp.chorume, Provisão de participações no resultado, Prejuízo fiscal acumulado, Mais valia de ativos, IFRS 16, Outros, Total.

Aliquotas - 34% Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos (3.409) (3.324) (3.330) (3.564) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (3.409) (4.450) (3.450) (5.100) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (3.409) (4.450) (3.450) (5.100)

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Lucro antes dos impostos e das participações no resultado, Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %, Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social, Incentivos.

Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Equivalência patrimonial, Baixa de diferido sobre Prejuízo Fiscal - Ausência de expectativa de realização, Brindes/multas indutíveis, Bônus/doações/patrocínios, Amortização de mais valia, Atualização monetária, Ajuste de inventário, Ajustes relativos a tributos a exercícios anteriores, Baixa de impostos diferidos por falta de expectativa de Lucro, Baixa por prescrição de créditos, Perda por inadimplência, Provisão para imposto de renda e contribuição social.

20 Provisões

O saldo é composto como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a), Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b), Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c).

a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: A Companhia e suas controladas são citadas em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações das provisões por natureza dos processos com risco de perda provável estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Controladora, Trabalhista, Total, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro 2020, Compensação de depósitos judiciais - 2020, Reversões, Pagamentos, Total sem compensação judicial, Depósitos judiciais, Saldo em 31 de dezembro 2021, Compensação de depósitos judiciais - 2021, Adições, Reversões, Pagamentos, Total sem compensação judicial, Depósitos judiciais, Saldo em 31 de dezembro 2022.

Table with columns: Controladora, Cível, Trabalhista, Total, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro 2020, Compensação de depósitos judiciais - 2020, Reversões, Pagamentos, Total sem compensação judicial, Depósitos judiciais, Saldo em 31 de dezembro 2021, Compensação de depósitos judiciais - 2021, Adições, Reversões, Pagamentos, Total sem compensação judicial, Depósitos judiciais, Saldo em 31 de dezembro 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia e suas controladas com prognóstico estimado de perda provável, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$18.881 Controladora e R\$18.950 para o Consolidado (R\$162.837 Controladora e R\$163.897 para o consolidado, em 31 de dezembro de 2021).

Os principais processos com estimativa de perdas prováveis referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Table with columns: Empresa, Número do Processo, Área Envolvida, Tipo de Objeto, Valor. Rows include Viasolo Engenharia Ambiental S.A. with various civil actions.

b. Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário: A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar: • O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semipermeável ou impermeável), uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolato do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de lais efluentes. • Manutenção da infraestrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolato, sistemas de tratamento de percolato, etc.). • Demolição de instalações utilizadas enquanto o sítio estava em operação e que não são mais necessárias. • Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolato gerado. • Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro. • Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.). • Custos de tratamento de percolato. • Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado. A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por sítio (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do sítio e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual). Abaixo demonstramos a movimentação da provisão:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo inicial, Constituição de provisão, Reversão / realização da provisão, Saldo final.

c. Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo inicial, Constituição de provisão, Reversão da provisão, Saldo final.

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

21 Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social, subscrito e integralizado era de R\$26.367, dividido em 26.367 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. 21.2 Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Antes da realização da constituição da reserva legal, ela é ajustada observando o incentivo de exploração. 21.3 Reserva de capital: Em 30 de novembro de 2017 a Companhia constituiu a reserva de capital no montante de R\$580 em decorrência da diferença entre o valor nominal da ação emitida e do preço de emissão. Em 2022 e 2021, não houve constituição de reserva de capital. 21.4 Dividendos: O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 70% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Em 2022, a Companhia não distribuiu dividendos, conforme deliberado em AGE (assembleia geral extraordinária) de acionistas em 30/12/2022. 21.5 Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. 21.6 Reserva de subvenção para investimento: Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração. 22 Receita operacional líquida: O saldo é composto como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Clientes públicos, Clientes privados, Receita Partes relacionadas, Total receita de serviços, Receita de construção, Total receita bruta, Deduções sobre as vendas: ISS, PIS, COFINS, ICMS, Total de deduções sobre vendas, Receita líquida.

23 Custos dos serviços prestados

O saldo é composto como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Salários e encargos, Aluguel, Depreciações, Materiais aplicados nos serviços, Serviços de terceiros (a), Créditos fiscais (b), Custo de bens reversíveis, Outros custos de produção.

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros são referentes a manutenção, transportes de resíduos e destinação de aterro. (b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS.

Resumo do contrato de concessão da Companhia e suas controladas

Table with columns: Controladas, Sumário dos serviços sob concessão, Período da concessão, Receita bruta anual (R\$ mil), Reajustes de preços, Ativos reversíveis, Obrigações contratuais, Condições para renovação, Outras condições relevantes, Aditivos ao contrato original. Rows include Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda., Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.

Table with columns: DIRETORIA, CONTADOR. Rows include Silvio Cesar Costa Junior (Diretor), Wânia Pinheiro Magalhães (Diretora), Alan Pierre de Espindula Vieira (Diretor Executivo), Carlos Alberto Vieira (CRC1SP20656/O-0-S-MG).

continua

**VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**

CNPJ 00.292.081/0001-40

☆ continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Viasolo Engenharia Ambiental S.A.**  
Betim - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos

que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Wallace Weberling Pereira  
Contador CRC SP-230870/O

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FF98-ABD8-4337-4662> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FF98-ABD8-4337-4662



### Hash do Documento

yxrp6PSo0h9uRU2AY+d1hpxapxqffzv4gGsl4TBOVT4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/05/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 31/05/2023 21:48 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

